



REPÚBLICA DE ANGOLA
FUNDO DE GARANTIA DE CRÉDITO

**MANUAL DOS BANCOS COMERCIAIS
SOBRE OS PROCEDIMENTOS DAS
GARANTIAS PARCIAIS DE CRÉDITO**

**Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial
PDAC**

Fundo de Garantia de Crédito

Índice

| | |
|----------------------------------------------------------|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 4 |
| 2. COMPONENTES DO PROJECTO..... | 4 |
| 3. GARANTIA PARCIAL DE CRÉDITO..... | 5 |
| 4. LOCAÇÃO (<i>LEASING</i>) | 11 |
| 5. CAPITAL PARA COBERTURA DAS GARANTIAS DE CRÉDITO | 12 |
| 6. SALVAGUARDAS SOCIAIS E AMBIENTAIS..... | 13 |
| 7. ANEXO 1: CARTA COMPROMISSO | 14 |
| 8. ANEXO 2: CENÁRIOS DO FINANCIAMENTO..... | 15 |
| 9. ANEXO 3: CARTA GARANTIA | 16 |

Figuras

| | |
|-----------------------------------------------|---|
| Figura 1 – Esquema do PDAC. | 6 |
| Figura 2 – Estrutura da UIP. | 7 |
| Figura 3 – Fluxo da garantia de crédito. | 8 |

Tabelas

| | |
|----------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1- Valor máximo dos financiamentos..... | 9 |
| Tabela 2 – Condições de desembolso do capital para as garantias..... | 12 |

Siglas e Acrónimos

| | |
|------|----------------------------------------------------------------|
| AFD | Agência Francesa de Desenvolvimento |
| BIRD | Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BM) |
| BM | Banco Mundial (BIRD) |
| BNA | Banco Nacional de Angola |
| CA | Conselho de Administração |
| CCG | Carta de Compromisso de Garantia |
| CGC | Carta de Garantia de Crédito |
| CIRC | Central de Informação e Risco de Crédito |
| CTG | Contrato de Abertura de Garantia de Crédito |
| CTI | Comissão Técnica de Investimento |
| DAP | Documento de Avaliação do Projecto |
| FCP | Financiamento Co-Participado (Subsídio Equivalente) |
| FGC | Fundo de Garantia de Crédito |
| GPC | Garantia Parcial de Crédito |
| IFP | Instituição Financeira Participante |
| MI | Manifestação de Interesse |
| MSE | Manual dos Subsídios Equivalentes |
| PDAC | Programa de Desenvolvimento da Agricultura Comercial |
| SE | Subsídio Equivalente (Financiamento Co-Participado) |
| UIP | Unidade de Implementação do Projecto |

1. Introdução

1. No intuito de desenvolver e fortalecer o sector empresarial agrícola, o Governo de Angola, com o apoio do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, o Banco Mundial/BM) e Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), desenvolveu um Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial (PDAC) em áreas geográficas seleccionadas.
2. O objectivo do projecto é aumentar a produtividade e o acesso ao mercado dos beneficiários seleccionados nas áreas do projecto. Os beneficiários são agricultores individuais (qualificados e formalizados) e sociedades MPME (Micro, Pequenas e Médias Empresas) do agronegócio intervenientes em cadeias de valor seleccionadas e beneficiam de apoio directo (assistência técnica), Subsídios Equivalentes (SE) ou Financiamentos Co-Participados (FCP) (*matching grants* em inglês), Garantias Parciais de Crédito e investimentos em infra-estruturas apoiados pelo projecto.
3. O escopo geográfico inicial do projecto engloba dois grandes “corredores rodoviários” que compreendem as seguintes províncias: (A) Luanda-Bengo-Cuanza Sul-Huambo-Bié-Norte da Huíla e (B) Luanda-Bengo-Cuanza Norte-Malanje.
4. Os produtos cujas cadeias de valor se contemplam no PDAC são o: i) **Milho**; ii) **Feijão**; iii) **Soja**; iv) **Café**; v) **Ovos**; e vi) **Frangos**.
5. O Manual das Garantias Parciais de Crédito servirá de guia para as Instituições Financeiras Participantes (IFP) e restantes intervenientes, no planeamento, execução, monitoramento, avaliação e auditoria técnica/financeira do mecanismo de garantias parciais de crédito.
6. Os financiamentos bancários com cobertura de garantias parciais de crédito são um recurso complementar a que um beneficiário pode recorrer caso se habilite ao subsídio equivalente e/ou assistência técnica. As garantias de crédito são concedidas pelo Fundo de Garantia de Crédito.

2. Componentes do Projecto

7. A descrição detalhada de cada componente e seus subcomponentes pode ser encontrada no Documento de Avaliação do Projecto (DAP¹) do Banco Mundial. O seguinte é um resumo dos componentes e subcomponentes:
8. **Componente 1** - Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Agronegócio (EUR 64 milhões [US\$ 78,9 milhões], dos quais EUR 53 milhões [US\$ 65,3 milhões] do BIRD e EUR 11 milhões [US\$ 13,6 milhões] da AFD). Este componente apoiará agricultores qualificados e pequenos produtores rurais a adoptar melhores tecnologias, melhorar as suas qualificações, obter acesso a mercados financeiros e processar e comercializar os seus produtos. Os produtos cujas cadeias de valor se contemplam no projecto são o: i) Milho; ii) Feijão; iii) Soja; iv) Café; v) Ovos; e vi) Frangos. Abaixo elencam-se os subcomponentes previstos:
 - i) Subcomponente 1.1 - Fortalecimento de qualificações, produtividade e comercialização (EUR 44 milhões [US\$ 54,2 milhões], dos quais EUR 33 milhões [US\$ 40,7 milhões] do BIRD e EUR 11 milhões [US\$ 13,6 milhões] da AFD).
 - ii) Subcomponente 1.2 - Garantia Parcial de Crédito (EUR 20 milhões [US\$ 24,6 milhões]).
9. **Componente 2** - Infra-estrutura de produção e comercialização (EUR 76,5 milhões [US\$ 94,3 milhões], dos quais EUR 36 milhões [US\$ 44,4 milhões] do BIRD e EUR 40 milhões [US\$ 49,3 milhões] da AFD).

¹ <http://documents.worldbank.org/curated/en/863641527823851667/Angola-Commercial-Agriculture-Development-Project>



- i) Subcomponente 2.1 - Recuperação de Estradas Rurais (EUR 36 milhões [US\$ 44,4 milhões], dos quais EUR 12 milhões [US\$ 14,8 milhões] do BIRD e EUR 24 milhões [US\$ 29,6 milhões] da AFD).
 - ii) Subcomponente 2.2 – Apoio a projectos públicos de irrigação (EUR 24 milhões [US\$ 29,6 milhões], dos quais EUR 8 milhões [US\$ 9,9 milhões] do BIRD e EUR 16 milhões [US\$ 19,7 milhões] da AFD).
 - iii) Subcomponente 2.3 - Conexões rurais de electricidade de última milha (EUR 16,5 milhões [US\$ 20,3 milhões] do BIRD).
10. **Componente 3** - Fortalecimento institucional e melhoria do ambiente de negócios (EUR 32 milhões [US\$ 39,4 milhões], dos quais EUR 10 milhões [US\$ 12,3 milhões] do BIRD e EUR 22 milhões [US\$ 27,1 milhões] da AFD). Este componente destina-se a melhoria do ambiente de negócios e capacidade institucional para apoiar a competitividade do sector privado nas cadeias de valor seleccionadas e inclui os seguintes subcomponentes:
- i) Subcomponente 3.1 - Desenvolvimento da estratégia das cadeias de valor (EUR 12 milhões [US\$ 14,8 milhões] dos quais EUR 3 milhões [US\$ 3,7 milhões] do BIRD e EUR 9 milhões [US\$ 11,1 milhões] da AFD).
 - ii) Subcomponente 3.2 - Pesquisa e desenvolvimento (EUR 12 milhões [US\$ 14,8 milhões], dos quais EUR 3 milhões [US\$ 3,7 milhões] do BIRD e EUR 9 milhões [US\$ 11,1 milhões] da AFD).
 - iii) Subcomponente 3.3 – Fortalecimento da capacidade institucional (EUR 8 milhões [US\$ 9,9 milhões], dos quais EUR 4 milhões [US\$ 4,9 milhões] do BIRD e EUR 4 milhões [US\$ 4,9 milhões] da AFD).
11. **Componente 4** - Gestão, monitoramento e avaliação de projectos (EUR 12 milhões [US\$ 14,8 milhões], dos quais EUR 6 milhões [US\$ 7,4 milhões] do BIRD e EUR 6 milhões [US\$ 7,4 milhões] da AFD). Este componente financiará: (i) os custos operacionais da UIP e a coordenação multisectorial – técnica, fiduciária (gestão financeira e de aquisições) e salvaguardas sociais e ambientais – nos níveis central e descentralizado; (ii) capacitação institucional e técnica para implementação do projecto em todos os níveis; (iii) monitoramento, avaliação e sistemas de informação; (iv) *design do website* do projecto, implementação e manutenção; (v) avaliações de linha de base e impacto; (vi) avaliações intercalares e de final do projecto; (vii) estratégia de comunicação e divulgação de informações; (viii) trocas de conhecimento diversificadas e (ix) divulgação dos resultados do projecto.

3. Garantia Parcial de Crédito

- 12. No essencial, o mecanismo de garantias parciais de crédito do PDAC considera o recomendado nos Princípios para os Esquemas Públicos de Garantia de Crédito do Banco Mundial, publicados em 2015.
- 13. Os intervenientes directos nas garantias parciais de crédito são o Fundo de Garantia de Crédito (garante), Bancos Comerciais angolanos (financiadores) e os clientes beneficiários do crédito. Numa garantia de crédito, o garante assume o compromisso perante a entidade financiadora de pagar parcial ou totalmente a dívida do cliente até ao montante total da garantia emitida, em caso de incumprimento e se cumpridos os requisitos acordados.

3.1. Fundo de Garantia de Crédito

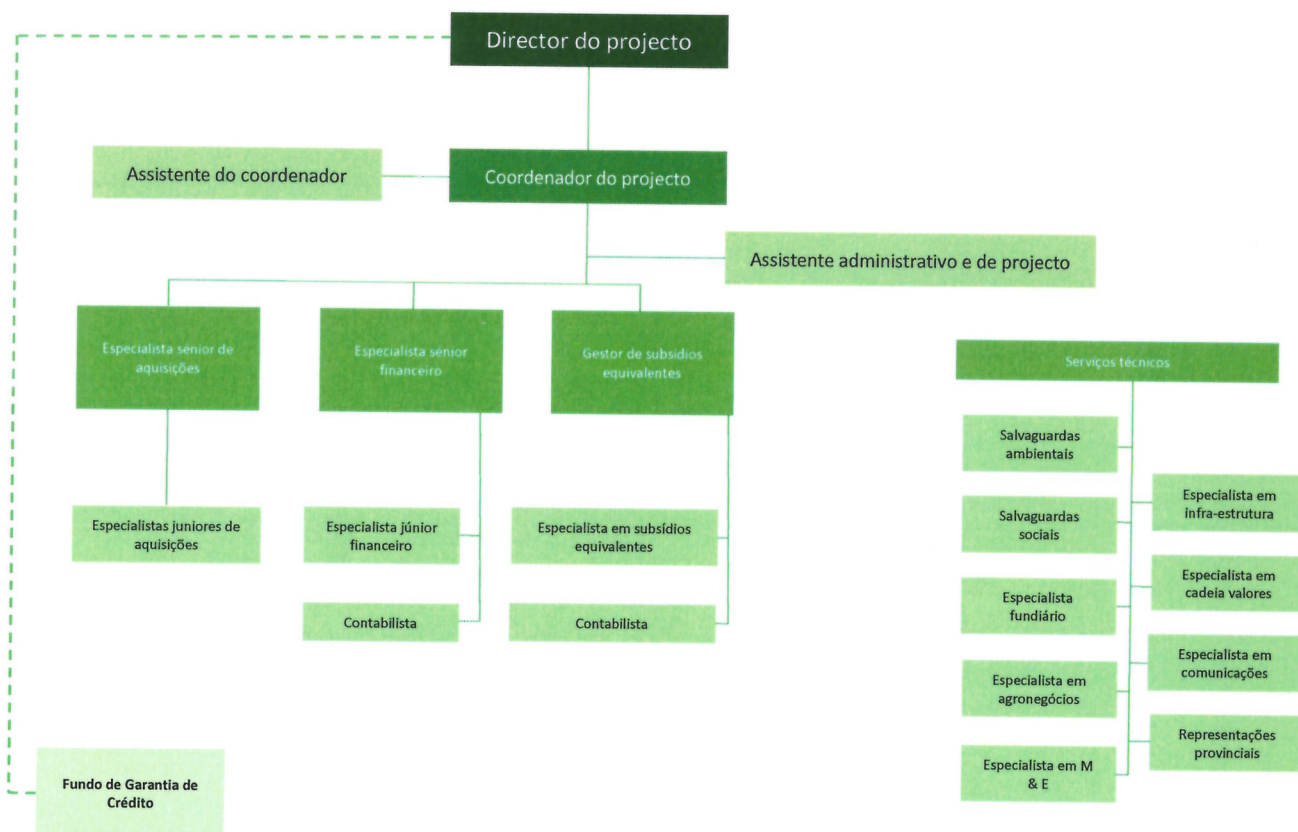
- 14. A entidade que concede as garantias parciais de crédito é o Fundo de Garantia de Crédito (FGC). O Fundo de Garantia de Crédito foi criado em 2012, pelo Decreto Presidencial n.º 78/12, de 4 de Maio, que definiu um Regulamento para o Fundo, subsequentemente revogado pelo Decreto Presidencial n.º 197/15, de 16 de Outubro, que aprovou já um

20. Após a escolha das primeiras IFP, sempre que estejam cumpridas as condições para desembolsos adicionais do capital das garantias, se abrirá a apresentação de MI-IFP para a escolha IFP adicionais.

3.3. Beneficiários

21. Para serem elegíveis aos financiamentos com garantias parciais de crédito os Beneficiários devem ter os seus planos de negócio aprovados pela UIP, resultado do parecer da Comissão Técnica de Investimento (CTI), no qual o FGC está representado. A Figura 2 apresenta a estrutura da UIP.
22. É condição para aprovação do projecto que o Beneficiário, incluindo os sócios, accionistas ou cooperados (sem excluir outras formas de participação social), não tenha crédito em incumprimento no sistema financeiro angolano, sendo uma das referências obrigatórias o reportado na Central de Informação e Risco de Crédito (CIRC) do BNA.
23. Quando os planos de negócios são submetidos as IFP é prerrogativa destas a análise e eventual aprovação do crédito, com base nos critérios próprios de cada IFP.
24. O acesso ao benefício dos financiamentos co-participados passará por um processo competitivo e estes cobrirão: i) capital (por exemplo, instalações e equipamentos, infra-estruturas de irrigação e electricidade); ii) capital de giro e outra assessoria adicional necessária para os investimentos ou operações relacionadas. Os equipamentos adquiridos serão objecto de penhor mercantil a favor da IFP e do FGC e terão, sempre que viável, a devida assistência técnica para assegurar a sua correcta utilização e manutenção.

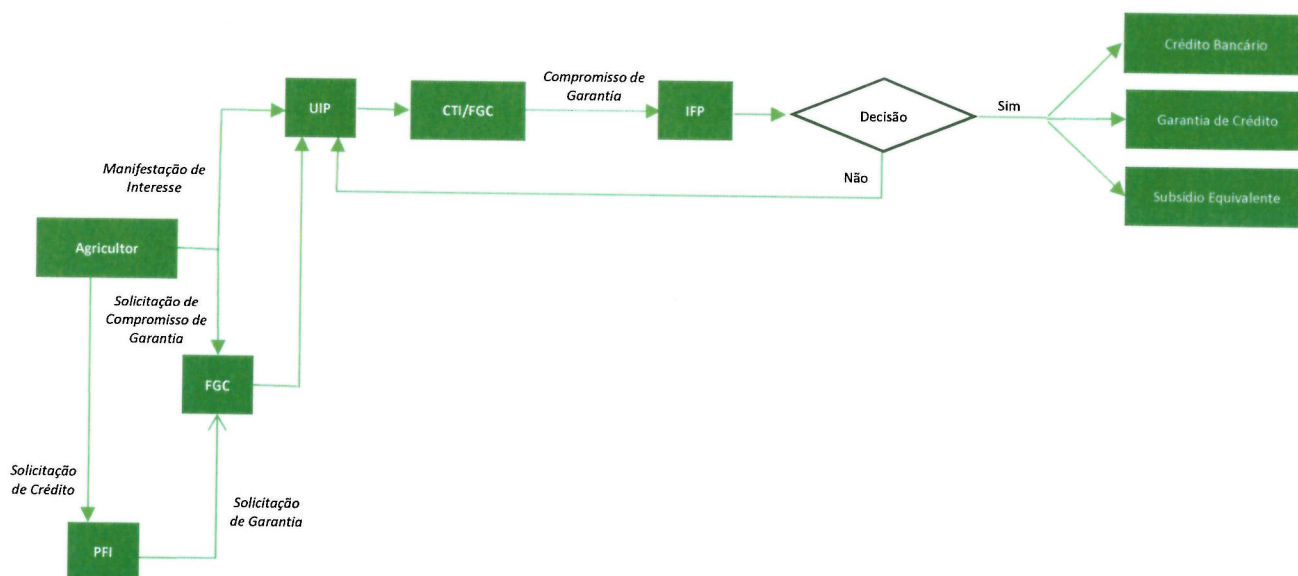
Figura 2 – Estrutura da UIP.



[Handwritten signature]

25. A candidatura e acesso dos agricultores ao projecto passa, resumidamente, pelo seguinte processo: i) submissão de uma manifestação de interesse a UIP; ii) assistência técnica, se necessário, para a melhoria dos planos de negócio; iii) encaminhamento dos planos de negócio para o CTI para avaliação e aprovação; iv) havendo necessidade de crédito bancário para a implementação do projecto, apresentação do plano de negócios as IFP.
26. Caso o FGC seja a primeira entidade a recepcionar um plano de negócios, seja directamente (entregue pelo candidato) ou remetido por uma IFP, cabe ao FGC remetê-lo a UIP, para que se cumpra o processo de análise e aprovação. A Figura 3 apresenta os possíveis circuitos para a garantia de crédito e co-financiamento. O subsídio equivalente é formalizado por um contrato firmado entre o director do PDAC e o Beneficiário.
27. Caso qualquer das entidades envolvidas detecte que a candidatura do Beneficiário foi aprovada resultado da apresentação de informação enganosa, sobre os representantes do Beneficiário recairão as apropriadas acções judiciais.
28. As situações de fraude do Beneficiário implicam a obrigação de devolução imediata dos valores em dívida para com a IFP, e para com o FGC caso já tenha sido accionada a garantia, devendo essas instituições disporem das eventuais garantias adicionais que o Beneficiário tenha apresentado.

Figura 3 – Fluxo da garantia de crédito.



3.4. Financiamento bancário

29. Caso o FCP/SE seja aprovado, como **contribuição própria** aos projectos os Beneficiários podem recorrer a financiamentos bancários com ou sem garantias parciais de crédito. No âmbito do presente manual, a contribuição própria é definida como a contribuição global do beneficiário para o montante total do plano de investimento, incluindo os recursos próprios e financiamentos obtidos junto de instituições financeiras.

30. A aprovação do SE ou do financiamento bancário deve ser condicionado a apresentação de **recursos próprios** para o projecto (10% do valor do projecto no mínimo), definidos como dinheiro e outros bens do beneficiário, não incluindo outros recursos obtidos de instituições financeiras.
31. Habilitam-se como recursos em dinheiro instrumentos financeiros negociados e vendidos pelo beneficiário a IFP (como Certificados de Depósitos; Bilhetes e Obrigações do Tesouro; Ordens de Saque emitidas pelo Tesouro). Para as contribuições em bens ou espécie, podem habilitar-se, caso a caso, despesas locais ou não, e directamente relacionadas ao projecto, comprovadas e realizadas nos 12 meses precedentes a candidatura (como a Compra de equipamentos; Aquisição e legalização de terrenos; Obras e benfeitorias).
32. O prazo máximo dos financiamentos a conceder pelas IFP no âmbito do presente Acordo é de 120 (cento e vinte) meses e estes serão concedidos durante a vigência do projecto, entre 2020 e 2024.
33. Duas janelas para os subsídios existem no PDAC. Uma menor para investimentos até EUR 125.000,00, chegando o subsídio até 50% do investimento. Na maior janela incluem-se investimentos até EUR 825.000,00, sendo que para os primeiros EUR 125.000,00, o subsídio é de 50% e para o remanescente 30%.
34. O valor máximo dos créditos bancários é o equivalente em kwanzas a EUR 470.000,00, conforme a Tabela 1.

Tabela 1- Valor máximo dos financiamentos.

| Janelas do Subsídio EUR | Investimento Máximo EUR | % Subsídio | Máximo Subsídio EUR | % Recursos Próprios | Recursos Próprios EUR | Máximo Crédito EUR | Total |
|------------------------------|-------------------------|------------|---------------------|---------------------|-----------------------|--------------------|-------------------|
| ≤ 125.000,00 | 125.000,00 | 50% | 62.500,00 | 10% | 12.500,00 | 50.000,00 | |
| > 125.000,00 ≤ 825.000,00 | 700.000,00 | 30% | 210.000,00 | 10% | 70.000,00 | 420.000,00 | |
| Total | 825.000,00 | | | | | | |
| | | | 272.500,00 | | 82.500,00 | 470.000,00 | 825.000,00 |

35. Os encargos (juros, comissões) dos financiamentos são negociados entre as IFP e os clientes. Os períodos de carência de capital e/ou juros são igualmente negociados devendo as IFP ser sensíveis as características dos produtos agrícolas financiados e o tempo necessário para a geração de receitas nos projectos.

3.5. Condições da garantia de crédito

36. A garantia do FGC é válida pelo período de maturidade do financiamento bancário, até que sejam encerradas todas as responsabilidades do mesmo.
37. A cobertura máxima da garantia é de 65% do valor do financiamento bancário, cobrindo exclusivamente o capital em dívida (excluem-se juros e outros encargos em mora).
38. A percentagem da garantia será determinada em função das garantias reais que o Beneficiário seja capaz de apresentar, antes ou durante a vigência do crédito.
39. A soma da garantia de crédito e garantias reais do Beneficiário a favor da IFP pode atingir no máximo 150% do valor do financiamento. As garantias reais a favor do FGC podem atingir no máximo o valor da garantia de crédito.
40. Pela garantia prestada o FGC cobra aos Beneficiários uma comissão de garantia máxima de 2% ao ano sobre o valor garantido em dívida.

41. A comissão de garantia é cobrada pela IFP no momento do primeiro desembolso e subsequentemente mensalmente, ou outra periodicidade estipulada no plano financeiro, no momento do pagamento da prestação, incidindo os 2% ao ano (0,167% ao mês) sobre o valor em dívida garantido.
42. A comissão de garantia paga é creditada em conta do FGC domiciliada na IFP, no momento em que ocorrer o pagamento por parte do Beneficiário, admitindo-se que os pagamentos devidos num determinado mês sejam efectuados até ao último dia útil do mês, ou outro período estipulado, em questão.
43. Com a aprovação do projecto do Beneficiário pela UIP, o FGC emite uma Carta de Compromisso de Garantia (CCG), afirmando que caso uma qualquer IFP aprove o crédito, o FGC emitirá a garantia.
44. Os termos da comissão de garantia (incluindo a periodicidade) devem constar do contrato de mútuo a ser firmado entre a IFP, Beneficiário e FGC.
45. Junto da IFP a garantia é formalizada pela emissão de uma **Carta de Garantia de Crédito** (CGC) firmada pelo FGC. Junto do Beneficiário, que assume o encargo com a comissão de garantia, esta é formalizada com um Contrato de Garantia de Crédito (CTG) firmado entre o FGC e o Beneficiário.
46. Dependendo da percepção do risco das operações, normas prudenciais e melhores práticas de mitigação do risco de crédito, a IFP ou o FGC poderão exigir ao Beneficiário a apresentação de garantias reais previamente ao desembolso do crédito ou durante a vigência do contrato de crédito.
47. A emissão de garantias para cada IFP pode ser suspensa sempre que o resultado da multiplicação da alavancagem pela taxa de incumprimento da carteira ultrapasse 90% e reestabelecida logo que se reduza o incumprimento.

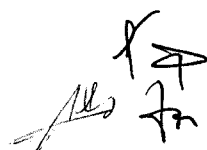
3.6. Accionamento da garantia

Accionamento parcial e pagamento de prestações em mora.

48. Caso se verifique um atraso superior a 90 dias no pagamento de uma ou mais prestações de amortização de capital, o FGC, mediante notificação da IFP tem a obrigação de efectuar o pagamento parcial da mesma a IFP até a percentagem de cobertura assumida pelo FGC. A regularização dos juros vencidos pode ser feita pela reestruturação do crédito com a capitalização dos mesmos, sem prejuízo dos direitos da IFP previstos no contrato de crédito. O FGC notificará o Beneficiário da intenção de amortização parcial, efectuando o pagamento nos 15 dias após a notificação da IFP.
49. Na medida em que os pagamentos parciais do FGC cubram integralmente algumas prestações de capital em mora, a IFP deve considerá-las integralmente liquidadas e as restantes prestações estarão parcialmente liquidadas.
50. Com o pagamento da prestação ou prestações de capital, transferem-se da IFP para o FGC os direitos e poderes sobre o Beneficiário relativos às prestações de capital em dívida reembolsadas pelo FGC.

Requisitos para accionamento total e pagamento da dívida garantida.

51. Caso se verifiquem mais de 12 prestações de capital em mora para planos financeiros mensais (3 para trimestrais, 1 para semestrais), apesar de eventuais pagamentos parciais do FGC das prestações de capital vencidas, a IFP solicita em carta dirigida ao FGC, que o crédito seja considerado incobrável e que seja efectuado o pagamento do valor total da dívida garantida, incluindo amortizações vencidas e vincendas, contando que previamente tenha efectuado as seguintes diligências:



- i) Após 30 dias da mais recente prestação de capital vencida, o envio de uma carta de notificação ao Beneficiário, com cópia ao FGC reclamando a liquidação das prestações vencidas no prazo de 30 dias a contar da data da recepção da notificação.
 - ii) Após 60 dias da mais recente prestação de capital vencida, persistindo o incumprimento, o envio de uma segunda carta de notificação ao Beneficiário com cópia ao FGC reclamando a liquidação das prestações vencidas no prazo de 30 dias a contar da data da recepção da notificação.
52. Passado o prazo previsto no parágrafo anterior, a carta dirigida ao FGC, considerando o crédito incobrável e que seja efectuado o pagamento do valor total da dívida garantida, deve igualmente declarar que com o pagamento a IFP sub-roga ao FGC, ou à entidade por este indicada, na percentagem do crédito garantido, todos direitos e poderes que competiam à IFP relativamente ao crédito e ao Beneficiário. Devem estar anexadas à carta eventuais actas de reuniões de recuperação com o Beneficiário e um relatório descrevendo todas diligências de recuperação efectuadas pela IFP.
53. Recepcionada a carta reclamando o pagamento da garantia o FGC e a IFP diligenciarão a assinatura de um contrato de sub-rogação entre si, o qual será parte integrante do presente Acordo Formalizado notarialmente às expensas do FGC, o contrato de sub-rogação o FGC dispõe de 15 dias para emitir a ordem de pagamento da garantia.

Reembolso dos pagamentos parciais das prestações em mora.

54. Os pagamentos parciais de prestações de capital em mora resultam numa dívida do Beneficiário para com o FGC que deve ser liquidada.
55. Qualquer disponibilidade na conta do Beneficiário, ainda que insuficiente para o pagamento da prestação em dívida, deve ser debitada, pela IFP, a comissão de garantia para crédito na conta do FGC.

Recuperação das garantias integralmente accionadas.

56. A recuperação das quantias pagas pelo FGC em consequência da execução de garantias na totalidade é da responsabilidade conjunta da IFP e FGC, no caso de não ter havido sub-rogação ou, tendo havido, a IFP tenha mandato específico. Qualquer valor recuperado deve ser repartido na proporção do risco assumido, ou seja, cabe ao FGC a percentagem da garantia e à IFP o remanescente. No caso de o valor recuperado se revelar insuficiente para repartir pelo critério do risco assumido, o mesmo será rateado entre a IFP e o FGC.
57. Caso, decorridos 12 meses após o pagamento integral da garantia, as partes não recuperem o valor pago por vias extrajudiciais, a IFP e o FGC devem interpor conjuntamente a competente acção executiva junto dos tribunais, repartindo-se os eventuais encargos da acção entre a IFP e o FGC na proporção em que beneficiarão dos valores recuperados.

4. Locação (*Leasing*)

58. Sempre que conveniente, para aquisição de equipamento a IFP pode financiar através de operações de locação financeira (*leasing*), dentro dos seguintes termos e limites:
- a) Entrada inicial: Não deve ser superior a 10% do financiamento, excepto se acordado entre o Beneficiário e a IFP.
 - b) Pagamento residual: A acordar entre o Beneficiário e a IFP.
 - c) Período de carência, prazo e taxa de juro: A acordar entre o Beneficiário e a IFP (a comissão de garantia mantém-se a do crédito convencional).
 - d) Bem locado: Deve ser passível de registo e em caso contrário, aprovado pelo FGC por solicitação da IFP.
 - e) Resolução do contrato: Em caso de incumprimento, para além do pagamento das rendas em mora e devolução do bem locado, a título indicativo, a IFP pode reclamar do Beneficiário até 30% das rendas vincendas e do valor residual.

59. Para a locação o FGC assegura uma cobertura máxima de 65% e em caso de incumprimento, para avaliar o valor da garantia, aplicam-se as seguintes definições:
- Valor do capital em dívida: Capital em mora mais o valor da percentagem contratualmente definida do capital vincendo e residual.
 - Valor total da dívida: Capital em dívida mais os juros em mora.
 - Valor de venda: Valor realizado com a venda do bem, deduzido de todos os custos documentados suportados pela IFP, e acrescido de qualquer caução prestada pelo Beneficiário e retida pela IFP.
60. O valor a pagar resultado do accionamento da garantia será calculado da seguinte forma:
- Caso o valor da venda seja inferior ao valor do capital em dívida, o FGC pagará a IFP a percentagem de cobertura da diferença entre os dois valores.
 - Caso o valor de venda seja superior ao capital em dívida, mas inferior ao valor total da dívida, não se realizará qualquer pagamento entre o FGC e a IFP.
 - Caso o valor da venda seja superior ao valor total da dívida, a IFP ao FGC a percentagem de cobertura da diferença entre os dois valores, cabendo-lhe o remanescente.
61. Os procedimentos para o accionamento integral e recuperação da garantia são os do crédito convencional, com as seguintes particularidades:
- A carta da IFP dirigida ao FGC considerando o crédito incobrável, deve ser acompanhada da melhor proposta do mercado para a compra do bem locado, e mencionar a solicitação de autorização para a alienação do mesmo. O FGC disporá de 30 (trinta) dias para a apresentação de melhor proposta ou autorizar a IFP a alienar o bem locado (a autorização é tácita caso se exceda o prazo).
 - Após a alienação do bem locado, suportada por documentos comprovativos da transferência da titularidade do bem, caso se aplique, o FGC ou a IFP têm 15 dias para a emissão de ordem de pagamento, conseqüente do valor de venda do bem locado.
 - Caso a IFP não encontre no mercado interessados na compra do bem locado a garantia não poderá ser accionada.
 - Na locação financeira não se aplica o contrato de sub-rogação, assim, tanto o FGC como a IFP, caso aplicável, definirão os instrumentos que melhor lhes convierem para o reconhecimento e cobrança da dívida do Beneficiário.
62. Em caso de perda total do bem locado (sinistro, furto e outros) fica anulada a garantia de crédito, sendo assim importante que os adequados seguros estejam acautelados.
63. Caso a IFP opte pelo *leasing* para uma aquisição inicialmente prevista num crédito convencional, o FGC tratará de reduzir o valor da garantia inicial para emitir a garantia correspondente a operação de locação financeira.

5. Capital para cobertura das garantias de crédito

64. O valor do capital disponível para o suporte das garantias parciais de crédito é de EUR 20 milhões, que serão desembolsados em 4 (quatro) prestações conforme a Tabela 2.
65. A alavancagem limite é de 2,5, ou seja, em qualquer momento o valor das garantias prestadas não pode ultrapassar 2,5 vezes o capital disponível.

Tabela 2 – Condições de desembolso do capital para as garantias.

| Desembolsos | Condições |
|------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1.º Desembolso | <ul style="list-style-type: none"> Manual de procedimentos das garantias parciais de crédito. Escolha de pelo menos duas IFP. |
| 2.º ao 4.º Desembolsos | <ul style="list-style-type: none"> Sempre que se atinja a alavancagem limite. |

6. Salvaguardas sociais e ambientais

66. Com o objectivo de fortalecer e desenvolver as cadeias de valor seleccionadas de forma sustentável, o PDAC incentiva a adopção de novas tecnologias para promover o aumento da produtividade, mas de forma ambiental e socialmente sustentável. Por exemplo, práticas inteligentes e resilientes são de extrema importância para evitar a degradação dos solos e garantir a sua produtividade no longo prazo e subsistência dos que deles dependem. Assim, as propostas de negócios dos candidatos deverão ser acompanhadas por uma Ficha de Triagem e Categorização Ambiental e Social, que o FGC disponibilizará aos candidatos.



7. Anexo 1: Carta Compromisso

AO
Banco de Fomento Angola, SA
Rua Amílcar Cabral n.º 58
LUANDA

N/Ref.: xxx/FGC/CAD/20xx

ASSUNTO: Compromisso de Emissão de Garantia Pública.

Exmos. Senhores,

O **FUNDO DE GARANTIA DE CRÉDITO - FGC**, com sede em Luanda, Município de Talatona, Via S8, Condomínio Dolce Vita, Lote 3B, 1.º B, Contribuinte Fiscal n.º 5401186320, vem, pela presente, atestar que deliberou caucionar, nas condições abaixo e à Ordem da/o [identificação do promotor], o projecto de investimento para [finalidade], no valor máximo de [Kz xxx,xx (extenso)], a ser implantado na Província de [...], Município de [...], Localidade de [...]:

1. **Linha de Garantia:** Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial.
2. **Cobertura:** Kz xxx,xx (extenso), correspondente a xx%, do valor do investimento.
3. **Período de vigência:** xx meses, renovável por acordo entre as partes.
4. **Comissão de Garantia:** xx% ao ano, sobre o valor garantido, às expensas da Ordenante.
5. **Carência sugerida** (capital e/ou juros): xx meses.

Mais informa que, o presente documento é vinculativo e engaja o FGC para todos efeitos legais, na relação com a vossa instituição financeira bancária que caso decida financiar, nos termos expostos, o projecto de investimento acima mencionado.

O FGC obriga-se a emitir a Garantia Pública, nos termos enunciados, a favor da V/instituição financeira bancária enquanto financiadora do projecto, tão logo receba uma notificação de aprovação do financiamento acompanhada da minuta do contrato de mútuo em que o FGC será signatário como garante.

Para efeito de controlo da autenticidade do presente documento, o FGC, enquanto Ordenante da Garantia Pública exhibirá à V/Instituição Financeira Bancária uma cópia, mediante confirmação pelo Banco do exemplar original, devidamente assinado e selado com o selo em branco em uso no FGC.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO DE GARANTIA DE CRÉDITO, Luanda, [...] de [...] de 20[...].

[Nome]
[Título]

[Nome]
[Título]

8. Anexo 2: Cenários do financiamento

Dependendo das necessidades e capacidade financeira e técnica dos agricultores, estes poderão beneficiar integralmente ou parcialmente dos vários componentes do PDAC, sendo que em qualquer circunstância podem recorrer à assistência técnica para a elaboração dos planos de negócio e acompanhamento dos projectos. As tabelas seguintes mostram possíveis combinações dos componentes para diferentes valores.

| Cenário 1 | | EUR | % Investimento | EUR | % Investimento |
|------------------------------------|-------------------------------------|-------------------|----------------|-------------------|----------------|
| Subsídio (máximo) | <input checked="" type="checkbox"/> | 272.500,00 | 33% | 62.500,00 | 50% |
| Recursos Próprios (mínimo) | <input checked="" type="checkbox"/> | 82.500,00 | 10% | 12.500,00 | 10% |
| Crédito (máximo) | <input checked="" type="checkbox"/> | 470.000,00 | 57% | 50.000,00 | 40% |
| Total Investimento (máximo) | | 825.000,00 | 100% | 125.000,00 | 100% |
| Assistência Técnica | <input checked="" type="checkbox"/> | | | | |
| Garantia (máximo 65%) | <input checked="" type="checkbox"/> | 305.500,00 | | 32.500,00 | |

| Cenário 2 | | EUR |
|------------------------------------|-------------------------------------|-------------------|
| Subsídio (máximo) | <input checked="" type="checkbox"/> | 272.500,00 |
| Recursos Próprios (mínimo) | <input checked="" type="checkbox"/> | 552.500,00 |
| Crédito (máximo) | <input type="checkbox"/> | 0,00 |
| Total Investimento (máximo) | | 825.000,00 |
| Assistência Técnica | <input checked="" type="checkbox"/> | |
| Garantia (máximo 65%) | <input type="checkbox"/> | 0,00 |

| Cenário 3 | | EUR |
|------------------------------------|-------------------------------------|-------------------|
| Subsídio (máximo) | <input type="checkbox"/> | 0,00 |
| Recursos Próprios (mínimo) | <input checked="" type="checkbox"/> | 355.000,00 |
| Crédito (máximo) | <input checked="" type="checkbox"/> | 470.000,00 |
| Total Investimento (máximo) | | 825.000,00 |
| Assistência Técnica | <input checked="" type="checkbox"/> | |
| Garantia (máximo 65%) | <input checked="" type="checkbox"/> | 305.500,00 |

| Cenário 4 | | EUR |
|------------------------------------|-------------------------------------|-------------------|
| Subsídio (máximo) | <input type="checkbox"/> | 0,00 |
| Recursos Próprios (mínimo) | <input checked="" type="checkbox"/> | 825.000,00 |
| Crédito (máximo) | <input type="checkbox"/> | 0,00 |
| Total Investimento (máximo) | | 825.000,00 |
| Assistência Técnica | <input checked="" type="checkbox"/> | |
| Garantia (máximo 65%) | <input type="checkbox"/> | 0,00 |

9. Anexo 3: Carta Garantia

Garantia N.º [...] /CG/FGC/20

No âmbito do Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial-PDAC, resultado do Acordo de Financiamento entre a República de Angola e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) firmado em 19 de Julho de 2018, o Banco [...], contribuinte fiscal n.º [...], adiante designado Banco, à ordem da [...], com sede [...], contribuinte fiscal n.º [...], adiante designada Garantida, requereu ao Fundo de Garantia de Crédito, com sede em Luanda, Município de Talatona, Via S8, Condomínio Dolce Vita, Lote 3B, 1.º B, contribuinte fiscal n.º 5401186320, adiante designado por Fundo, a prestação de Garantia de Crédito Pública, que é emitida nos seguintes termos e condições:

1. A presente garantia destina-se a caucionar o bom cumprimento das prestações de capital até ao montante global de Kz [...], correspondente a [...]%, da quantia mutuada pelo Banco à Garantida.
2. O capital total mutuado pelo Banco, incluindo o capital máximo garantido pelo Fundo mencionado acima, destina-se exclusivamente a [...], devendo o Banco fiscalizar a afectação do montante total mutuado para esta finalidade conforme previsto no contrato de mútuo e no acordo sobre a concessão de garantias parciais de crédito para o PDAC, sendo que, em caso contrário, o Fundo reapreciará os termos e condições da presente garantia, a contar do conhecimento do facto, mediante notificação prévia dirigida ao Banco. Para este efeito, a actuação da IFP, no âmbito da fiscalização que lhe incumbe, requer o grau de diligência comumente praticado pela generalidade das instituições financeiras bancárias no mercado local.
3. O capital máximo caucionado, referido no número 1, será progressivamente reduzido à medida que a Garantida efectuar, a favor do Banco, os respectivos reembolsos, acordados no contrato de mútuo.
4. A presente garantia é válida pelo prazo de [...] meses, a contar da data da disponibilização inicial ou total do capital mutuado.
5. Findo o período referido no número anterior e caso subsistam as obrigações de capital garantidas pelo Fundo, este poderá, mediante a apresentação de acordo escrito entre o Banco e a Garantida, aditar a prorrogação da presente garantia.
6. O Fundo obriga-se a pagar ao Banco, mediante interpelação escrita deste, toda e qualquer quantia que seja devida pela Garantida, até ao montante máximo referido no número 1, cumpridas as condições e procedimentos previstos no Acordo sobre o PDAC firmado entre o Fundo e o Banco, incluindo que o crédito só será considerado incobrável após verificar-se o incumprimento cumulativo de 12 prestações de capital.
7. Para os litígios emergentes da execução da presente garantia as Partes privilegiarão a via extrajudicial e na falta de acordo será competente o Tribunal Provincial de Luanda ou outro que resultar da Lei.
8. Em tudo o que for omissis neste documento aplicar-se-á a legislação em vigor em Angola.

Em fé, emitimos a presente garantia, que contém 2 (duas) folhas, devidamente assinada e selada com o selo em branco em uso no Fundo.

Luanda, [...] de [...] de 20[...].

Pelo Fundo,

[Título]

[Nome]

[Título]

[Nome]